

# PT notícias



Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Ano II Nº 58  
De 2 a 15 de março de 1998

## Lula inicia viagens por todo o país

**Objetivo é conversar com filiados, sindicalistas, lideranças e militantes dos movimentos populares, além de contatar dirigentes de partidos que podem ser aliados nas próximas eleições**

O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está desde a segunda quinzena de janeiro em viagem pelo país. Lula já esteve no Distrito Federal e em oito Estados, participando de plenárias com filiados, conversando com lideranças e militantes dos movimentos populares e sindicalistas, e fazendo contatos com dirigentes de partidos com os quais o PT tece alianças regionais e nacional.

Essas viagens foram uma deliberação do Diretório Nacional que, reunido em Brasília no dia 12 de dezembro do ano passado, confirmou Lula como o pré-candidato do Partido, a ser apresentado à Frente das Oposições (PDT, PC do B e PCB). Daí em diante, os Diretórios Regionais passaram a preparar plenárias com os filiados para que Lula iniciasse a discussão sobre a futura campanha.

A primeira viagem de Lula foi ao Rio de Janeiro, no dia 16 de

janeiro. Antes, em Brasília, o pré-candidato e o presidente nacional do PT, José Dirceu, encontraram-se com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, presidente nacional do PSB. Arraes reafirmou, na ocasião, que não há, em seu partido, restrição ao nome de Lula; reivindicou a participação na elaboração do programa de governo; e disse que a decisão sobre integrar a Frente seria discutida em congresso do partido.

No Rio, Lula e Dirceu se reuniram com o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. No encontro, foi oficializada a aliança entre os dois partidos, que, junto com o PC do B, agregado uma semana antes (em 9 de janeiro), formam a Frente das Oposições. No início de fevereiro, o PCB juntou-se ao grupo. "Vamos, agora, trabalhar firmemente para que as questões regionais se afinem", disse Brizola. O acordo foi comemorado com uma macarronada na casa da se-

nadora Benedita da Silva (PT-RR).

Após o encontro, Lula participou de plenária ampliada do PT fluminense com vários diretórios municipais. Nesse primeiro contato com a militância após a confirmação de seu nome como o pré-candidato do Partido, Lula adiantou qual será o tom da campanha: emprego, saúde, educação, moradia, reforma agrária, ou seja, as questões sociais. "Vamos mostrar que, apesar de toda a propaganda oficial, o atual governo não acrescentou nada nas áreas sociais. Ao contrário, até reduziu direitos", disse.

Lula esteve depois no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. As próximas viagens, antes do Encontro Nacional Extraordinário do PT (em 13, 14 e 15 de março), estão previstas para os Estados de Pará e Mato Grosso do Sul.



Em Porto Alegre, Lula e os pré-candidatos a governador Tarso e Olívio fazem contatos com lideranças políticas

## Plenárias reúnem filiados e militantes do movimento social

Depois de fechar a aliança com o PDT e PC do B, Lula seguiu para o Rio Grande do Sul. Iniciou a viagem dia 21 de janeiro por Erechim, onde participou do II Encontro da Agricultura Familiar e I Encontro da Juventude Rural da Região Sul, eventos promovidos pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT, para o qual compareceram aproximadamente 1.500 pessoas. No dia 22, em Porto Alegre, o petista almoçou com mais de 700 lideranças políticas, sindicais e do movimento popular.

Após o almoço, Lula foi ao litoral norte gaúcho. Fez caminhada em Tramandaí, acompanhado por cerca de 500 pessoas, e esteve na praia de Imbé (ponto de encontro da juventude), onde a militância o recebeu em plenária. No dia seguinte, 23, o pré-candidato do PT foi para o Paraná, onde acompanhou o XII Encontro Estadual do MST e participou de ato público em Querência do Norte.

### Desemprego

No dia 27, Lula foi ao Nordeste. Em Recife (PE), falou a mais de 500 filiados em plenária. O petista participou, em seguida, de ato público contra o desemprego, no Centro, que reuniu por volta de 750 pessoas. Em Camaragibe, no dia seguinte, Lula foi conhecer projetos implementados pelo prefeito Paulo Santana (PT), como o Agente de Educação Comunitário e o Programa de Saúde Familiar.

De lá, Lula foi prestar solidariedade aos juizes alagoanos. Em Maceió, conversou com magistrados ameaçados de morte por investigarem o crime organizado no Estado. Ainda na capital



Em Recife, o pré-candidato fala durante plenária a mais de 500 filiados

alagoana, Lula falou a 500 militantes, lideranças religiosas, sem-terras e sindicalistas.

Plenárias também foram organizadas em Aracaju (SE) e Salvador (BA). Na capital sergipana, Lula encontrou-se com mais de 600 pessoas, filiados aos partidos e militantes do MST e da CUT. A visita de Lula a Sergipe terminou com jantar de adesão, ao qual estiveram presentes 400 pessoas.

Em Salvador, Lula reuniu-se com a Executiva Estadual, acompanhado com lideranças do PC do B e PDT e participou de plenária com 500 militantes dos partidos de oposição e do movimento sindical.

### Sem-terra

Fevereiro começou com Lula participando do encerramento do 9º Encontro Nacional do MST. O evento foi no dia 6, em Vitória (ES). Em seguida, o petista se reuniu com dirigentes e militantes capixabas.



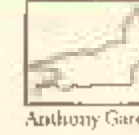

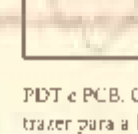
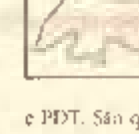
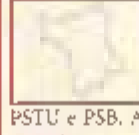
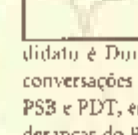
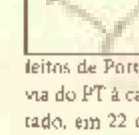
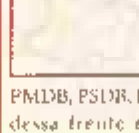
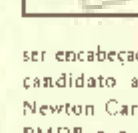
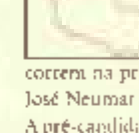
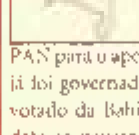
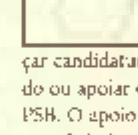
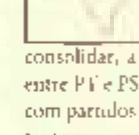
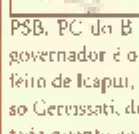
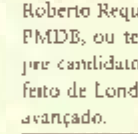
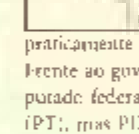
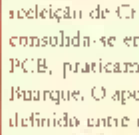
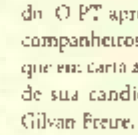
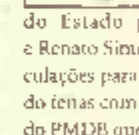
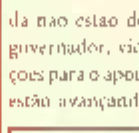
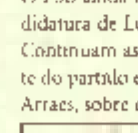
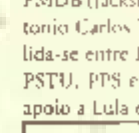
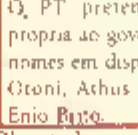
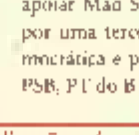
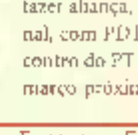
A primeira fase das plenárias

estaduais com Lula encerrou-se em Minas Gerais. Ele inaugurou diretórios municipais e contactou a militância em cidades da região metropolitana (Bicas e Igarapé), conheceu assentamento do MST em Governador Valadares, visitou a prefeitura de Coronel Fabriciano (administração petista) e participou de quatro plenárias.

### Histórica

A primeira, em Belo Horizonte, foi definida como "histórica" pelo secretário de Organização do PT mineiro, Carlos Calazans. Compareceram mais de 1.500 filiados e representantes dos partidos da Frente. Depois, em Governador Valadares, cerca de 300 militantes receberam Lula, que foi em seguida conversar com 600 trabalhadores e aposentados em Timóteo. No seu último dia em terras mineiras, Lula falou, em Ipatinga, a mais de 1.400 militantes de 17 cidades da região do Vale do Aço.

## ALIANÇAS ESTÃO AVANÇANDO EM TODOS OS ESTADOS DO PAÍS

 <b>ACRE</b> O ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana (PT), é o pré-candidato da Frente ao governo do Estado. A aliança para apoiar a Lula está quase consolidada entre PT, PDT, PC do B, PSB, PV, PSTU, PPS, PMN e PSJ. As pré-candidaturas a vice e senador não estão definidas.	 <b>MATO GROSSO</b> A aliança deve ser formada entre PSB, PC do B e PV. O PT propõe a pré-candidatura do deputado federal Gilney Viana ao governo do Estado, mas aceita discutir outro nome com os partidos da Frente. Apoio a Lula em estágio avançado.	 <b>RIO DE JANEIRO</b> O PT deve apoiar o pré-candidato do PDT ao governo do Estado, Anthony Garotinho, hoje prefeito de Campos. O PT pode indicar o vice da chapa. Com isso, firmou-se a aliança nacional PT/PDT, para o apoio a Lula. Seguem-se negociações com PSB e PC do B.
 <b>ALAGOAS</b> Romildo Lessa, do PSB, deve ser o candidato da Frente ao governo do Estado. Heloisa Helena, do PT, provavelmente será a candidata a senadora. A aliança, tanto regional quanto nacional, deve firmar-se com PT, PPS, PC do B, PDT, PSTU e PSB.	 <b>MATO GROSSO DO SUL</b> Zeca é o pré-candidato petista ao governo do Estado, apoiado por PT, PDT e PCB. Continuam as articulações para trazer para a Frente PPS, PSB e PV. Esta seria a força a apoiar (também a pré-candidatura de Lula a Presidência da República).	 <b>RIO GRANDE DO NORTE</b> Os possíveis aliados do PT no Estado são PC do B, PSTU, PV, PPS, PSB e PDT. São quatro os postulantes petistas ao governo do Estado. Devem disputar a prévia Crispiano Neto, Moisés Domingos, Hugo Mantov e Vilmá Aparecida.
 <b>AMAPÁ</b> O PT está conversando com vários partidos, como PPS, PC do B, PSTU e PSB. As negociações com o PDT estão bastante adiantadas, chegando a se discutir o programa de governo. Quanto ao governo do Estado, o PT pode apoiar o candidato do PSB ou do PDT.	 <b>MARANHÃO</b> O PT sai com candidatura própria para o governo do Estado. O pré-candidato é Domingos Dutra. Continuam as conversações para fazer uma aliança com o PSB e PDT, embora a maior parte das lideranças do PDT apoie Cafeteira, e o PC do B Roseane Sarney.	 <b>RIO GRANDE DO SUL</b> Olívio Dutra e Tarso Genro, ambos ex-prefeitos de Porto Alegre, vão disputar a prévia do PT à candidatura ao governo do Estado, em 22 de março. Devem fazer parte da Frente que apoiará, tanto esse candidato quanto Lula, PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PPS e PSTU.
 <b>AMAZONAS</b> O objetivo é a formação de uma ampla frente com: PT, PMDB, PSDB, PPS e PC do B. O candidato dessa frente é o ex-vereador Serafim Correia, do PSB, que perdeu a prefeitura de Manaus por meio por cento dos votos.	 <b>MINAS GERAIS</b> A Frente, provavelmente formada por PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PSTU, PMN e PV, deve ser encabeçada por Petrus Ananias como candidato a governador, enfrentando Newton Cardoso ou Iamar Franco, do PMDB e o atual governador Eduardo Azeredo, do PSDB. As articulações para o apoio a Lula estão adiantadas.	 <b>RONDÔNIA</b> Haverá candidatura própria do PT ao governo do Estado. Concorrem na prévia o engenheiro agrônomo José Neumar e o advogado César Rubens. A pré-candidatura ao Senado é Fátima Cleide. A Frente deve ser formada pelo PT, PC do B, PV e PPS.
 <b>BAHIA</b> Os petistas articulam-se com PDT, PSB, PC do B, PV, PPS, PMN e PAN para o apoio a Lula. Waldir Pires (que foi governador e deputado federal mais votado da Bahia) é o provável pré-candidato ao governo do Estado pela Frente de Oposição.	 <b>PARÁ</b> PT negocia para construir alianças com PSB, PC do B e PCB. O PT pode lançar candidatura própria ao governo do Estado ou apoiar o senador Adenir Azeiteiro, do PSB. O apoio desses partidos à pré-candidatura de Lula está praticamente definido.	 <b>RORAIMA</b> O PT articula uma coligação com PPS, PSTU e PC do B. Se ela não se consolidar, a tendência é de uma aliança entre PT e PSTU. Existem ainda conversas com partidos novos, como o PLT e o PRT, tanto para a aliança regional quanto para a nacional.
 <b>CEARÁ</b> Negocia-se a formação de uma Frente de Oposição com PT, PDT, PSB, PC do B e PCB. O pré-candidato a governador é o petista José Altom, ex-prefeito de Icapuí, que vai concorrer com Tarso Genro, do PSDB. Negociação adiantada quanto ao apoio à Lula.	 <b>PARANÁ</b> A aliança consolidada-se entre PT, PC do B e PCB. O PT pode apoiar Roberto Requião, se for este o candidato do PMDB, ou ter candidatura própria, com o pré-candidato Luiz Eduardo Cheida, ex-prefeito de Londrina. Apoio a Lula em estágio avançado.	 <b>SANTA CATARINA</b> Aliança nacional entre PT, PPS, PDT, PSB, PC do B. Se ela não se consolidar, o pré-candidato da Frente ao governo estadual pode ser o deputado federal Milton Mendes de Oliveira (PT), mas PDT e PPS também indicaram nomes.
 <b>DISTRITO FEDERAL</b> Prévia do PT deve decidir entre a candidatura Jairo Campos e a seleção de Cristovam Buarque. A Frente consolidou-se entre PDT, PSB, PC do B e PCB, praticamente a mesma que elegeu Buarque. O apoio a Lula está praticamente definido entre esses partidos.	 <b>PARAÍBA</b> A Frente de Oposição está formada com PDT, PV, PSB e PC do B, que devem lançar candidato único ao governo do Estado. O PT apresentou à frente os nomes dos companheiros Anísio Maia e Jairo Oliveira, que em carta ao DR diz não se opor à recandidatura de sua candidatura a favor do Deputado Gilvan Freire, do PSB.	 <b>SÃO PAULO</b> Dois petistas vão disputar a prévia para concorrer ao governo do Estado pelo Partido Maria Súplica e Renato Simões, em 29 de março. As articulações para a aliança regional estão sendo feitas com PC do B, PDT, PSB e setores do PMDB que se opõem à política de FHC.
 <b>ESPIRITO SANTO</b> O PT tem como aliados, para a formação da Frente, o PSB, PC do B, PAN, PCB e PSN. Ainda não estão definidas as indicações para governador, vice e senador. Já as negociações para o apoio à pré-candidatura de Lula estão avançando.	 <b>PERNAMBUCO</b> A aliança no Estado, tanto regional quanto nacional, continua indefinida. O PSB ainda não decidiu se apoia a pré-candidatura de Lula à Presidência da República. Continuam as conversações com o presidente do partido e governador do estado, Miguel Arraes, sobre o apoio do PSB a Lula.	 <b>SERGIPE</b> O candidato da Frente ao governo do Estado pode ser indicado pelo PMDB (Jackson Barreto) ou pelo PSB (Antonio Carlos Valadares). A aliança consolidou-se entre PMDB, PSB, PDT, PC do B, PSTU, PPS e PV. As negociações para o apoio a Lula estão adiantadas.
 <b>GOTÁS</b> A Frente contra o Neoliberalismo de Goiás deve ser composta por PT, PC do B, PLY, PV e PSTU. O PT pretende lançar candidatura própria ao governo do Estado. Há vários nomes em disputa: Pedro Wilson, Ruben Ottoni, Athus Magno, Nelson Gillete e Enio Pato.	 <b>PIAUI</b> O pré-candidato do PT a governador, junto com o PSB, é Roberto John. A Frente formada por PDT e PC do B, tende a apoiar Mao Santa, do PMDB. O PT optou por uma terceira via, uma candidatura democrática e popular, tendo como aliados o PSB, PT do B e PAN.	 <b>TOCANTINS</b> O advogado Célso Moura é o pré-candidato a governador pelo PT e Miguel Vêncio ao Senado. Busca-se fazer aliança, tanto regional quanto nacional, com PDT, PC do B, PPS e PV. O Encontro do PT está marcado para o dia 1º de março próximo.

Obs: todas as candidaturas, alianças e coligações só serão definidas nas prévias e nos Encontros Estaduais



## RECADADO

## Os desafios do PT aos 18 anos

Escrever sobre os 18 anos do PT é apaixonante, quase uma aventura, no sentido épico da palavra, no sentido humanista e revolucionário.

Ter participado da fundação do PT, ter vivido o Brasil dos últimos 35 anos chega a ser um privilégio, particularmente para a minha geração que viveu o golpe de 64 e o maio de 68; a prisão, o exílio, a clandestinidade e os anos 70, com a retomada das lutas estudantis, a batalha pela anistia, a chegada das greves metalúrgicas do ABC, de onde surgiu o PT.

O resultado disso é que hoje o PT traz consigo uma herança, composta pelo acúmulo de 18 anos de militância e a busca incessante de construir uma força política e social transformadora no Brasil. A herança do PT é a sua trajetória de luta pela igualdade, pela justiça, pela liberdade e pela ética, o caminho que abriu para trazer o trabalhador para a cidadania, para dar voz e vez às classes populares, oferecer e ser a trilha para a participação política daqueles banidos durante 21 anos de ditadura e que, historicamente, sempre tiveram barrados o acesso aos direitos sociais e po-

líticos, às riquezas, o que é vergonhosamente escandaloso num país tão rico e promissor como o Brasil.

A herança do PT é, ainda, sua militância, sua imagem, sua estrela, sua legenda, sua organização. É também as políticas públicas que desenvolveu, oportunidade dada por milhões e milhões de votos, que significam a bagagem de uma ampla base social. Sua herança é, também, uma forte representação nos parlamentos e governos estaduais e municipais.

Tudo isso demonstra que, nestes 18 anos, o PT já imprimiu sua marca na história política e institucional do país. A luta pela ampliação dos direitos político-sociais, pela ética na política, a conquista da democracia têm a marca do PT que, hoje, de um amplo movimento político-social, vai se transformando numa instituição política. E seu grande desafio é consolidar-se como tal.

Há outros desafios, como o de fortalecer sua organização de base, ampliar sua democracia — apesar de o PT ser o partido de maior militância e mais demo-

crático do Brasil, basta ver a ampla participação de seus mais de 150 mil filiados no processo de eleição dos delegados aos encontros municipais, estaduais e nacional do ano passado. O PT carece ainda de autonomia financeira e, principalmente, de uma ainda maior capacidade de mobilização.

Mas a consolidação do PT como instituição política não se dará apenas com o fortalecimento de sua organização. Ela será resultado de nossa capacidade de dar resposta aos problemas políticos que estão colocados para o Partido.

O primeiro desses desafios é, ao ser governo, realizar programas que mudem efetivamente a situação das classes populares, democratizar o Estado, invertendo prioridades e reformando os órgãos de decisão. Governar com participação popular e contribuir para uma mudança político-cultural nas relações entre o cidadão e o governo, promovendo a auto-organização da cidadania.

Outro desafio é, nos parlamentos, ser capaz e ser uma força democratizadora das instituições públicas. Lutar contra os privilégios do Parlamento, como já vem fazendo, mas ser o partido que democratize o presidencialismo brasileiro, limitando o poder imperial do presidente da República. Que restaure a confiança do cidadão nas instituições democráticas.

O PT tem que ser o partido que construa uma ponte entre a imensa maioria da sociedade e o futuro. Ponte essa cuja construção passa, além das lutas sociais,

políticas e econômicas, por uma revolução de comportamento, pelo respeito à diferença, pela defesa do meio ambiente, do consumidor, das mulheres, das crianças, pela luta incessante contra o preconceito, o racismo, o trabalho escravo, a discriminação. E, pela sua história e prática, o PT é o partido que tem melhores condições de travar essas lutas. E esse patrimônio não nos permite acomodação, porque o momento, de crise, de impasse, exige respostas.

O último desses desafios é a constituição de uma ampla aliança política e social para construir um programa capaz de enfrentar o impasse deste final de século: vivenciamos mudanças que indicam a submissão passiva do Brasil à "nova desordem internacional", que tem levado a uma concentração de poder, ao aumento da concentração de renda, da miséria e da exclusão.

O PT tem que, junto com as esquerdas e os movimentos sociais — particularmente o sindical —, repensar o Brasil do século XXI, construir programas capazes de reorientar e reorganizar o rumo do Brasil, não só no âmbito de nossas instituições políticas, mas também de nossa economia, torná-la democrática e não-excludente.

A nossa capacidade de dar respostas a esses grandes desafios é que nos credenciará para cumprir os objetivos da fundação do PT, que eram, e ainda são, construir um Brasil melhor, mais justo e democrático.

José Dirceu  
Presidente nacional do PT



O PT tem que, junto com as esquerdas e os movimentos sociais, repensar o Brasil do século XXI

## EDITORIAL

## PTnotícias de cara nova

O PTnotícias inicia, a partir desse número, uma nova fase, com o objetivo de atender melhor aos seus leitores.

O novo projeto gráfico inclui um logotipo (nome do jornal) diferente, diagramação mais moderna, tipo de letra que facilita a leitura.

Mas o projeto editorial também mudou. Foram criadas novas seções, para as quais contamos com a colaboração de todas as instâncias do Partido e dos leitores.

A primeira é uma seção de cartas. A segunda (que ainda não sai neste número), chamada "Curtas e Boas", destina-se a publicar notas de bastidores dos acontecimentos do Partido, fatos pitorescos ou relevantes com suas lideranças etc. "O que rola no PT" é outra no-

vidade, uma seção também composta por notas sobre o que acontece no Partido, nas suas prefeituras e na atuação de seus parlamentares.

Além disso, estaremos atualizando, a cada número, o mapa das alianças e do quadro eleitoral em todos os Estados da Federação.

O objetivo é tornar o jornal cada vez mais um órgão político do Diretório Nacional para os filiados e dirigentes do Partido.

Esperamos que essa nova fase satisfaça a todos e contamos com a colaboração de vocês para que o jornal se torne mais dinâmico, pluralista e democrático. Assim como o PT.

Ozeas Duarte  
Secretário Nacional de Comunicação

## SECRETARIAS

## Prefeitos do PT vão iniciar mobilização contra arrocho

Os prefeitos do PT iniciarão mobilização contra o arrocho imposto pelo Governo Federal aos municípios, Estados e Distrito Federal. A decisão é resultado da reunião A Crise Fiscal e Tributária dos Municípios e a Busca de Caminhos Alternativos, que reuniu, nos dias 18 e 19 de fevereiro, em Brasília, 35 prefeitos e três vice-prefeitos do PT. O seminário foi promovido pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Sna) do Partido e pelo Fórum Nacional de Prefeitos e Vice-prefeitos Petistas.

O diagnóstico e as soluções (incluindo a proposta de mobilização) resultantes do seminário serão oferecidos à Frente Nacional de Prefeitos e ao Fórum das Cidades Metropolitanas, instância pluripartidária que se reúne em Recife (PE) na primeira quinzena de março.

Os municípios, Estados e o Distrito Federal, conforme os prefeitos presentes ao seminário confirmaram, vêm perdendo recursos por causa de iniciativas do Governo Federal, como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a Lei Kandir, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a renúncia fiscal pela União (principalmente Imposto de Renda e IPI).

Segundo levantamento da Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, Liderança do PT na Câmara, Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco) e dos gabinetes dos deputados Paulo Bernardo (PT-PR) e Humberto Costa (PT-PE), os municípios perderam, em 97, R\$ 4,3 bilhões de receita com o FEF, Lei Kandir e a renúncia fiscal. Quanto ao montante de perdas provocado pelo Fundef, de acordo com a assessoria técnica da bancada do PT, ainda não foi possível quantificá-lo, pois sua implementação, no ano passado, ainda foi precária.

Entretanto, informou a assessoria, em alguns Estados o fundo já produziu efeitos negativos nas finanças municipais, impacto que deverá ser maior neste ano.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, que falou na abertura do seminário, ressaltou as medidas urgentes que devem ser defendidas por Estados, municípios e o Distrito Federal, para estancar a crise: a substituição da Lei Kandir pela Lei Rosseto (apresentada pelo deputado petista gaúcho Miguel Rosseto), o estabeleci-

mento de uma verdadeira reforma tributária, no lugar do FEF, e o cumprimento da promessa do próprio Governo Federal de intervir na guerra fiscal que aniquila das receitas municipais.

## Secretaria Agrária repudia violência contra sem-terra

No dia 7 de fevereiro, às 4h da manhã, 80 pistoleiros encapuzados, com roupas pretas, fortemente armados, invadiram dois acampamentos de sem-terra no município de Marilena, noroeste do Paraná. As duas fazendas ocupadas pelo MST já estavam desapropriadas. O sem-terra Sebastião Camargo, 65 anos, foi assassinado à queima-roupa pelos pistoleiros e mais dois trabalhadores ficaram feridos. Em audiência com o governador Jayme Lerner (PFL), no dia 9, o MST, o PT e a CPT pediram o afastamento do secretário de Segurança. No dia 17, o secretário agrário do PT, Plínio de Arruda Sampaio, acompanhado de dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de vários parlamentares petistas, participaram de audiência, junto com representantes dos sem-terra, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, onde foi denunciada a violência no Estado. No mesmo dia, Plínio, o líder da bancada do PT na Câmara, Marcelo Dêda (SE), e representantes do MST tiveram audiência com o ministro da Justiça, Iris Rezende, que se comprometeu a colocar a Polícia Federal para colaborar no desarmamento dos capangas de fazendeiros no Paraná.

## SMAD e SAN promoverão seminário nacional em abril

Nos dias 13 e 14 de abril, em Brasília, as secretarias nacionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD) e Agrária (SAN) do PT, o Núcleo Agrário do Partido, ONGs e ambientalistas realizarão seminário abordando o tema Reforma Agrária e Meio Ambiente. O seminário terá por objetivo conhecer experiências de reforma agrária e preservação ambiental, fortalecer e articular os movimentos pela reforma agrária, agricultura familiar, extrativismo e ambientalismo, e construir conjuntamente uma referência política para as entidades. As vagas para o seminário foram divididas da seguinte maneira: Fórum Brasileiro - 15 vagas; PT - 10; MST - 10; Contag - 10; CPT - 5; e CNS - 5. Maiores informações na SAN: (011) 233-1371.

## ARTIGO

## Argentina: direitos humanos e guerra

Em pesquisa recente, 70% da população argentina foi a favor da revogação das leis de Obediência Devida e Ponto Final (leis de perdão), do tempo em que Alfonsín era governo e os militares encenavam um golpe atrás do outro. A impunidade dos responsáveis diretos por tantos crimes da ditadura militar foi o pretexto para a manutenção da democracia, justifica Alfonsín até os dias de hoje.

O projeto de lei, dos deputados da Frente País Solidário (Frepa) e do Partido Socialista Democrático, apresentado no início de fevereiro, busca restabelecer o "direito das vítimas", rompendo a impunidade dos criminosos.

Menem, muito ardisadamente, apostou nas consequências divisionistas desse debate no seio da Aliança opositora (onde militam a União Cívica Radical de Alfonsín, a Frepa e os partidos socialistas) e mandou sua

base governista no Congresso enviar o projeto para votação no plenário. Enquanto isso, para acalmar os militares, declarava que vetaria a lei, se aprovada.

O impacto na Aliança foi grande e a intriga parecia ameaçar a convivência nas fileiras inter e intrapartidárias. Os mais importantes dirigentes da Frepa - Graciela Fernandez Meijide e Carlos Chacho Alvarez - chegaram a criticar a iniciativa dos deputados autores do projeto por não terem colocado a discussão previamente na Aliança, estratégia salvacionista que originou desconfiança nas bases da Frepa e críticas públicas aos líderes.

Felizmente, prevaleceu o bom senso e todos os deputados da Aliança acordaram em votar afirmativamente pela revogação das leis. O ex-presidente Alfonsín participará do debate, marcado para o próximo 24 de março, explicando as circunstân-



74% dos argentinos são contra o envio de contingente militar ao Golfo Pérsico

Por outro lado, uma outra

pesquisa de opinião mostrava a rejeição de 74% da população à iniciativa do governo Menem de enviar um contingente militar ao Golfo Pérsico, como apoio ao programado ataque norte-americano ao Iraque.

A oposição exige que se consulte o Congresso, como manda a Constituição, e promete empenhar-se para impedir que a Argentina seja o único país latino-americano a participar desse conflito bélico forjado pelos interesses dos Estados Unidos.

As relações entre poder/sociedade, pragmatismo/ética e instituições/cidadania estão em jogo. A vitalidade da democracia depende da resolução dessas tensões em favor dos direitos humanos e contra a participação na guerra, respeitando a vontade da maioria dos argentinos.

Ana Maria Stuart  
Assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT

## PTnotícias

Jornal do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vera Bueno de Azevedo

REDAÇÃO

Vera Bueno de Azevedo,  
Carlos Mercun e Myrian Luiz Alves

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo e

Sônia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Mariano

ILUSTRAÇÕES

Hércules Santos

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP  
CEP 01019-000  
Tel: (011) 233-1333 Fax: (011) 233-1300  
e-mail: ptbrasil@ax.apc.org  
Tiragem: 12.000 exemplares  
Fotótipo: Buregraf  
Impressão: Angraf

## CARTAS

Parabéns ao PT

Oi, Ze!

Sou petista até morrer - há 18 anos!

Hoje receba o putabacito de seu companheiro petista roxo, o

Carlito Maia

São Paulo (SP) 10/02/98

Nasceu

Dezoito anos atrás nascia este Partido gerado dos ideais de um povo excluído que não aguentava mais eloger picaretas e bandidos

Terra, trabalho e liberdade foi nossa primeira bandeira defendendo o socialismo assumimos a dianteira

e aos dezoito anos hoje somos o maior partido de esquerda

Defender cidadania aprendemos desde cedo organizar o povo a lutar por seus direitos e da elite dominante aprendemos a não ter medo

Orçamento participativo foi nosso grande desafio porque administrando marcamos nosso perfil e há dezoito anos o PT luta por nosso Brasil

Hoje, aos dezoito anos, quem aos dezoito anos o fundou são pais, são mães, são tios e alguns até avós mas nossos ideais de um país o tempo não alterou

O PT hoje é maior e sem medo de ser feliz e no sonho de poder mantemos o desafio que é eleger o Lula presidente do Brasil

Alberes Lima

Nova Iguaçu (RJ) - 10/02/98

As cartas devem ter no máximo 15 linhas de 70 toques cada uma. O jornal se reserva o direito de cortar e/ou editar aquelas que excederem esse tamanho. O endereço para correspondência é Diretório Nacional do PT, Secretaria de Comunicação, rua Silveira Martins, 132, 1º andar, Centro, CEP 01019-000, São Paulo (SP); fax (011) 233-1326; e-mail pt.comunic@nutecnet.com.br.



## ALIANÇAS

# Minas consolida coligações para ir ao 2º turno

Consolidar o PT na grande maioria dos municípios é a principal meta dos petistas mineiros para garantir o segundo turno das eleições. Indo para a disputa num patamar inicial de 11% das intenções de voto, o ex-prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias tem realizado várias caravanas pelo interior do Estado. Desde a escolha de sua pré-candidatura por unanimidade do Encontro Estadual de agosto, Patrus fez quatro caravanas. Serão mais seis nos meses de março e abril, até o próximo Encontro Estadual (24 e 25 de abril). A coordenação da campanha será eleita pelo Diretório Regional já no dia 28 de fevereiro.

Otimista, o 1º vice-presidente do DR, Romênio Pereira, avalia que o PT tem condições de vencer as eleições. "Jamais iniciamos uma disputa para o gover-

no do Estado com 11%", lembra ele.

Pesquisa do Vox Populi, não considerando o ex-presidente Itamar Franco para o governo de Minas, aponta 36% das intenções de voto para o atual governador Eduardo Azeredo (PSDB); 21% para o ex-governador Newton Cardoso (PMDB); e 11% para Patrus Ananias.

Numa segunda possibilidade, considerando Itamar candidato ao governo estadual, Azeredo tem 31%; Itamar 30% e Patrus, 9%.

Dos 853 municípios mineiros, o PT está consolidado em 600. O objetivo, segundo Romênio, é chegar a 800 Diretórios Municipais e Comissões Provisórias até o final de maio. A direção petista também já está formando equipes para a elaboração de Programa de Go-

verno e propostas de infra-estrutura e comunicação da campanha.

As alianças políticas aprovadas pelo Encontro incluem PDT, PSB, PMN, PC do B, PCB, PV e PPS. Com o PC do B e PCB, as alianças estão praticamente fechadas. Discute-se a vaga para o Senado que, caso seja feita a coligação com o PDT, poderá ser preenchida pela atual senadora da legenda, Júnia Marise.

Também há grandes possibilidades de os socialistas estarem junto com o PT, já que as conversas entre os dois partidos estão num ritmo favorável.

O atual prefeito da capital, Célio de Castro, do PSB, era vice-prefeito na gestão Patrus Ananias (92-96). O PT participa ativamente da gestão Célio de Castro, administrando várias secretarias municipais.



## RIO DE JANEIRO

## PT discute com militância

Marcado para os dias 25 e 26 de abril, o Encontro Estadual do PT fluminense vai decidir se apoia a aliança com o PDT puxando a chapa para o governo do Estado ou se vai ter candidatura própria.

O PT tem quatro debates marcados: na capital, incluindo a região metropolitana; no sul fluminense, em Barra Mansa; na região norte, em Campos; e na região serrana, em Petrópolis.

No dia 13 de fevereiro último, o presidente do PT, José Dirceu, participou das comemorações dos 18 anos do Partido em Nova Iguaçu, com a presença de 250 pessoas. O ponto alto dos debates durante o aniversário petista foi justamente a

política de alianças no Estado.

A última pesquisa do Ibope, deste mês, indicou que o prefeito de Campos, Anthony Garotinho (PDT), com a senadora Benedita da Silva como vice, aparece com 34% das intenções de voto; o ex-prefeito da capital César Maia (PFL) tem 24%; e o governador do Estado, Marcelo Alencar (PSDB), aparece com 16%.

O secretário-geral do DR/RJ, Luiz Rodolfo Viveiros de Castro, diz que as articulações sobre alianças estão adiantadas com o PFL, PC do B e PCB. A aliança com o PSB ainda depende dos resultados nacionais e, com o PDT, do Encontro Estadual petista.

## ESPÍRITO SANTO

## Objetivo é recompor Frente Popular

O objetivo dos petistas capixabas é o de recompor a Frente Democrática Popular. Para isso, a direção regional mantém articulações políticas com o PSB, PC do B, PCB, PMN e PAN.

Os socialistas indicaram o atual vice-governador, Renato Casagrande, também secretário de Agricultura do Estado e presidente regional do PSB, como pré-candidato ao governo. Os partidos ainda discutem esta indicação, diz a presidente regional do PT, Iriny Lopes.

No dia 5 de março, o PT terá reunião ampliada do DR para discutir a possibilidade, entre ou-

tras, de ter uma candidatura própria.

Pesquisa realizada pelo PT no Estado, entre setembro e outubro do ano passado, mostrou que o Partido é o preferido entre os eleitores. Em relação às disputas eleitorais, o PT tem um percentual de 9% a 12%, média tradicional na história do Partido no Espírito Santo.

Apesar de Lula ainda não ter sido indicado como pré-candidato à Presidência da República na época da realização da pesquisa, os eleitores davam 23% de suas intenções de voto para o pré-candidato do PT.

## SÃO PAULO

## Prévia decide candidatura

Os petistas paulistas têm pré-veja e Encontro Estadual marcados para 29 de março. Participam das prévias para definição da candidatura ao governo do Estado a deputada federal Marta Suplicy e o deputado estadual Renato Simões. São cinco os debates ainda marcados entre eles em cidades do interior. O último será na capital, em 27 de março.

Nas articulações de alianças políticas, segundo o secretário-geral do DR, Valdemir Garreta, o PC do B e o PMN já são aliados do PT. Há diálogos com setores do PV. O PSB ainda discute se terá ou não candidatura própria. O PDT apre-

sentou o ex-prefeito de Osasco, Francisco Rossi.

Apesar das indefinições sobre candidaturas, a oposição mantém-se no Fórum dos Partidos, que reúne os que vão assumir compromissos básicos. A ideia é publicar uma Carta dos Partidos, documento político que poderá ser a base de alianças para o segundo turno. Participam do Fórum PT, PDT, PSB, PC do B e PMN.

Do outro lado, além da candidatura do ex-prefeito da capital, Paulo Maluf (PPB), há possibilidades de o atual governador do Estado, Mário Covas (PSDB), entrar na disputa.

# Governo FHC não tem política de combate ao desemprego



Taxa de desemprego dobra: pula de 8% para mais de 16% atualmente, só na Grande São Paulo

## PT já participa da organização da Jornada pelo Emprego

A preocupação com a mobilização das entidades populares, sindicais e partidos políticos na luta pelo emprego tem sido uma das maiores preocupações do PT.

Tanto que, no último dia 12, a Secretaria Sindical Nacional fez uma reunião, em São Paulo, com as secretarias sindicais do Partido do Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, além de sindicalistas, membros do coletivo sindical, entidades de aposentados, sindicais e técnicos.

Na abertura, o presidente nacional do PT, José Dirceu, falou da necessidade de organizarmos

uma grande mobilização para 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Isso já está sendo feito. Tanto que o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, formado por entidades que participaram do Encontro Popular contra o Neoliberalismo, em dezembro passado, já está organizando uma "Jornada pelo Emprego".

No dia 1º de maio, devem sair marchas de vários pontos do país, com destino a Brasília, onde pretendem chegar no final de maio. Quando as marchas se encontrarem, haverá uma grande manifestação.

No período anterior às saídas

das marchas as entidades promoverão cadastramento de desempregados e acampamentos pelo emprego. O objetivo é empolgar a militância com atividades e ações que massifiquem o debate sobre o emprego.

Além disso, as entidades participantes do Encontro estão unificando suas agendas de mobilizações, para que elas sejam mais representativas e tenham um número maior de participantes.

Um exemplo é o dia 17 de abril, com a Jornada de Luta pela Terra, que prevê manifestações nas Bolsas de Valores e Bancos Centrais dos países da América Latina.

O problema do desemprego se agrava a cada dia no Brasil. E o governo nada faz para tentar resolvê-lo. A verdade é que não existe, nas esferas do governo FHC, uma política de geração de empregos.

A abertura do país aos produtos importados vem gerando sérias dificuldades financeiras às empresas nacionais. É uma concorrência, em muitos casos, desleal. Somem-se a isso a redução dos gastos do governo com a área social e as privatizações de estatais e está fechado o quadro que vem agravando o desemprego no país.

O resultado é que a taxa de desemprego, só na Grande São Paulo, saltou do patamar de 8% nos anos 80 para níveis superiores a 16% atualmente, segundo o Dieese/Seade.

Aqueles que ainda conseguem se manter empregados recebem, em grande parte das vezes, salários inferiores aos registrados no final dos anos 80 e têm jornadas de trabalho superiores às vigentes antes da Constituição Federal de 88.

A recente aprovação do Contrato Temporário de Trabalho não deve melhorar em nada a situação. Segundo Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, presidente da CUT, "esse é um instrumento que cria trabalhadores de segunda categoria, retira direitos históricos e facilita as demissões".

## Causas

Para Delúbio Soares, secretário sindical nacional do PT, as principais causas do desemprego estão na política macroeconômica do governo FHC. "Os juros altos, a

sobrevalorização do real, as privatizações, a política recessiva, tudo isso deixa desassistido aquele que pretende produzir e criar empregos, ao mesmo tempo em que beneficia os banqueiros, os especuladores e os importadores", afirma ele.

Existem soluções? Sim, mas elas passam pela mobilização do PT e dos demais partidos de oposição, das entidades sindicais e populares. E, em última instância, na mudança do atual governo para outro, "comprometido com os interesses da população e com forte vontade política para enfrentar de outra maneira os problemas reais do país", diz Delúbio Soares.

Para isso, estão aí as eleições presidenciais de outubro próximo. Com Lula como pré-candidato do PT, PDT, PC do B e PCB.

## Partido tem que fazer sua parte

"O PT tem uma máquina institucional grande e precisa urgentemente colocar esse potencial na rua", diz Delúbio Soares, secretário nacional sindical do Partido. Segundo ele, se cada Diretório Municipal destinasse apenas um militante para participar das atividades contra o desemprego, estes já somariam quase 4.000 pessoas trabalhando. "Além disso, temos vereadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vice-prefeitos, um governador. Todos podem atuar no sentido de contribuir para a organização da Jornada pelo Emprego", afirma ele.

## Marcha contra o trabalho infantil

O trabalho infantil é um dos principais problemas brasileiros. As crianças carentes começam a trabalhar muito cedo, deixam de estudar e perdem sua infância, tornando-se adultos antes da hora.

Lugar de criança é na escola e em casa, protegida pela família, pelo governo e pela sociedade.

Por isso iniciou-se, no último dia 25 de fevereiro, um movimento internacional denominado Marcha Global contra o Trabalho Infantil.

Um ônibus com cerca de 40 pessoas saiu de São Paulo. O objetivo é percorrer as cidades da região sul do país, passar por países da América do Sul e América Central e chegar na Cidade do México, no dia 3 de maio.

No México, os integrantes da marcha irão se encontrar com outros, que vêm dos Estados



A refeição no intervalo do trabalho Unidos. Depois, deve haver uma grande manifestação.

A marcha brasileira foi organizada por centrais sindicais, entidades públicas e civis, que enviaram representantes no ônibus que vai até a cidade do México.



INTERNACIONAL

# Contra o "livre comércio" e as privatizações

### Sindicatos norte-americanos puxam uma inédita conferência continental de resistência

MARKUS SOKOL  
Especial para o PTnotícias

Em São Francisco, na Califórnia, em novembro último, realizou-se a conferência contra os tratados de livre comércio, convocada pelos sindicatos americanos, ainda sob o impacto de uma vitória obtida pela campanha de sua central, a AFL-CIO.

Ela obrigou Clinton a retirar o pedido de "fast track" para a rápida adoção da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, que a imprensa norte-americana trata abertamente como a extensão para o resto do continente do Nafta, o tratado do México, Canadá e EUA. Do Brasil, havia 25 delegados - inclusive um representante da CUT - entre os 409 de 20 países presentes.

#### Jornada de Ação

A conferência adotou como principal decisão "uma jornada comum de ação contra a ampliação do Nafta, contra as incessantes privatizações, a destruição de nossos serviços públicos e os constantes ataques a nossos direitos e conquistas. Nos propomos a realizar uma jornada de ação comum em abril de 1998, quando os chefes de Estado de todas as Américas reúnem-se no Chile para discutir a criação da Alca".

A delegação brasileira já começou a organização dos atos políticos da Jornada. Os interessados podem contatar Markus Sokol ou Luiz Eduardo Greenhalgh.

Um delegado do México explicou que "existiriam diferenças sobre os objetivos nos quais devemos nos fixar, mas, por cima delas, o que buscamos é a unidade, com base em ações práticas para a defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora".

Afinal, como explicou Art

Pulaski, secretário da Federação da AFL-CIO da Califórnia, "sabemos que o que está por trás do 'fast-track' é o livre comércio, e que por trás do livre comércio está a maximização dos lucros que as multinacionais buscam".

Defender esses direitos é combater os acordos de livre comércio, quer se chamem Nafta, Mercosul ou Maastricht, explicou o deputado do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, que falou pela delegação brasileira: "para tornar o Brasil competitivo no Mercosul, o governo revogou a Convenção 158 da OIT. Embora o Congresso houvesse aprovado esta convenção, e o presidente da República a ratificado. Mas, por causa do Mercosul, o presidente anulou sua própria ratificação".

O secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores do Peru, Juan José Gorriti, afirmou que "o movimento sindical peruano encarou o desafio. Houve cinco mobilizações sindicais este ano, incluindo uma de estudantes, porque a juventude também começa a reagir, tal qual os aposentados e a construção civil. Estas mobilizações foram reprimidas, inclusive com armas, mostrando o caráter do governo e do sistema. Estamos convencidos de que a unidade permitirá derrotar as agressões contra os trabalhadores e os povos".

#### "Derrotar os tratados"

Daniel Gluckstein, da França, falando em nome do Acordo Internacional dos Trabalhadores, lembrou: "Existe uma ofensiva em todos os países da Europa para transformar os sindicatos em instrumentos da política dos Estados e do Tratado de Maastricht. Mas também existe a resistência. O Comitê pela Revogação do Tratado de Maastricht, que me mandou a esta conferência,



reúne 60 mil trabalhadores e militantes de todas as tendências políticas e sindicais. A razão pela qual dizemos 'Revogação do Tratado de Maastricht' é simples: faz dez anos que os sucessivos governos na França e nos outros países da Europa não param de dizer que vão introduzir nos Tratados da União Européia um pouco mais de 'social'. Chamam isso de 'cláusulas sociais', 'cláusulas sociais', e cada vez que introduzem uma tal 'cláusula social' trata-se, na verdade, de mais desregulamentação, mais destruição".

Daniel concluiu convidando os presentes à Conferência Operária Européia (realizada em 1º de fevereiro), convocada pelo movimento 'Social-Democratas contra Maastricht' da Alemanha: "Em Berlim, debateremos a necessidade de organizar a ação comum européia para revogar Maastricht".

Stan Gacek, diretor de relações internacionais da AFL-CIO, em nome do presidente da central, John Sweeney, trouxe seu apoio e entrou na discussão. Chamando a "resistir à uma extensão do Nafta que não incorporasse a defesa dos direitos operários", declarou-se favorável às "cláusulas sociais", mas contrário a todos os "pactos sociais".

"Eu sei que a maior parte de vocês aqui não está de acordo com este ponto e pensam que se deveria dizer 'não' e ponto final. Respeito esta opinião, mas quero que vocês considerem alguns outros pontos neste debate: Um é que existem blocos comerciais que emergiram em nosso hemisfério. É preciso enfrentá-los de uma ou de outra maneira. A AFL-CIO e a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl), que representam 126 milhões de trabalhadores no mundo, jamais disseram ser contra o comércio como tal, mas somos contra uma expansão do comércio que não implique direitos sindicais e operários autênticos. Por isso, é preciso ter uma estratégia de luta para derrotar as propostas de tratados, como fizemos a propósito do 'fast-track'. É isso que é razoável. Devemos dizer não ao Nafta".

Unânime, a conferência convocou a Jornada de Abril. Ela se inscreve na renovação do sindicalismo americano, cujo marco foi a vitoriosa greve contra a desregulamentação do sindicato da UPS (também presente ao evento), e é uma importante ajuda para a unidade em defesa dos direitos dos trabalhadores e da soberania das nações ameaçadas pela globalização.

## O QUE ROLA NO PT

### Um projeto para o Brasil

O PT, a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Cidadania reúnem especialistas da área econômica, universitária, política e dos movimentos sociais para discutir um projeto de desenvolvimento para o Brasil, tema do seminário que ocorrerá nos dias 9 e 10 de março, na sede nacional do PT. O seminário procurará responder a questões fundamentais para o país, visando fornecer subsídios para uma proposta alternativa ao atual modelo econômico. Para participar do seminário, os interessados devem se inscrever até o dia 4 de março pelo telefone (011) 6915-7022, com Mônica, ou pelo fax (011) 274-5587.

### Petistas driblando a crise

Apesar de a crise atingir indiscriminadamente todos os municípios, as prefeituras administradas por petistas têm tentado contornar a perda de receita com iniciativas que não dependem do Palácio do Planalto. Exemplos disso foram ressaltados no seminário *A Crise Fiscal e Tributária dos Municípios e a Busca de Alternativas*, realizado nos dias 18 e 19 em Brasília (ver matéria na página 2). Além do Orçamento Participativo outras iniciativas foram apresentadas, como o "Banco de Projetos" da prefeitura de Icapuí (CE) que mapeia todos os agentes financiadores,

nacionais e internacionais, para pensar programas populares que podem ser bancados com recursos de fora da prefeitura.

### Bloco se antecipa ao MEC

O Bloco das Oposições na Câmara (PT, PDT e PC do B) saiu na frente e apresentou antes do Ministério da Educação (MEC), um Plano Nacional de Educação. Entregue no dia 10, o Plano, segundo o deputado Ivan Valente (PT-SP), apresenta propostas para o financiamento da área e aborda a gestão democrática do ensino num horizonte de 10 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determinara prazo até o dia 23 de dezembro de 97 para o MEC apresentar o plano ao Congresso, o que só foi feito dois dias após a entrega do plano do Bloco. Pelo regimento da Câmara, a prioridade é para o projeto que deu entrada em primeiro lugar.

### Perdas lamentáveis

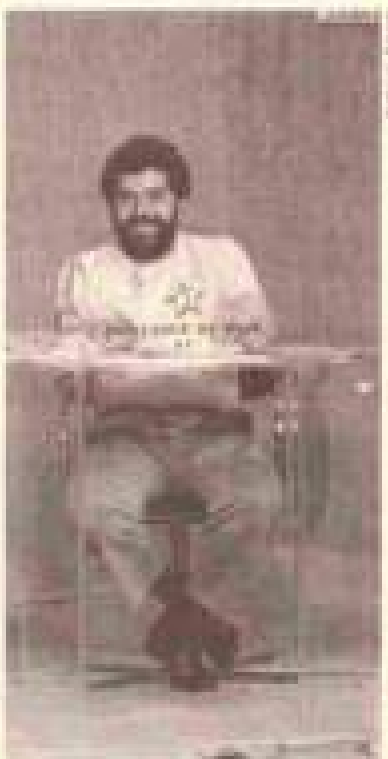
Em fevereiro, o PT perdeu quatro companheiros. No dia 7, Geraldo Garcia, membro do DN, morreu em acidente de carro. No dia 12, o ex-vereador de Vitória (ES) João Pedro de Aguiar morreu de câncer, mesmo motivo que levou Américo Rodrigues Filho, de Itaquera (SP), no dia 14. Nessa data, foi assassinada Benedita Machado Felício, líder dos sem teto em ferraz de Vasconcelos (SP).

### Adquira os materiais do partido

Estes são alguns dos produtos que estão a disposição na sede nacional do PT. Mairres informações com Hussara tone (011) 248-1310



## Uma história de luta pela cidadania



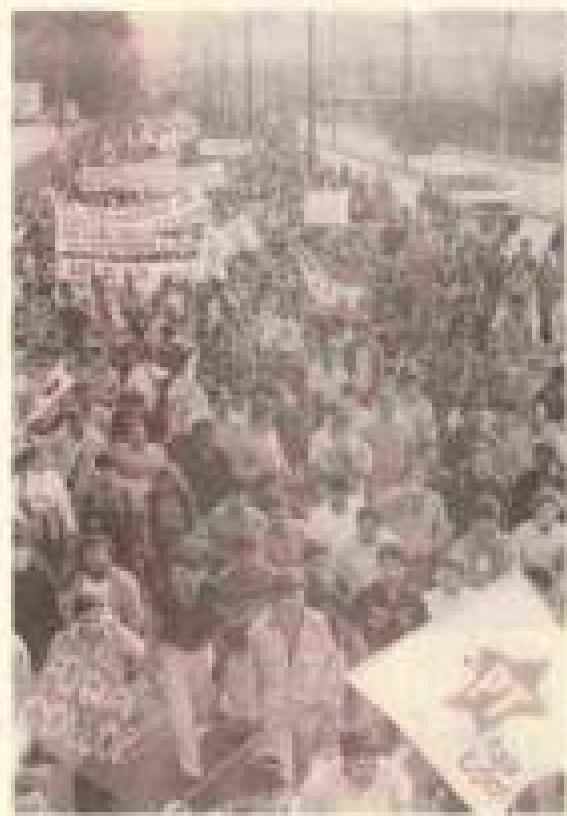
82: Lula disputa o governo de SP



83: Partido é o primeiro a se mobilizar por Direitos-úil



88: bancada do partido na Constituinte



89: PT sai na frente pelo impeachment de Collor



97: união de partidos e entidades contra o neoliberalismo

## A G E N D A

- MARÇO
- 6 Seminário sobre os 150 anos do Manifesto Comunista. São Paulo (SP)
- 6 a 8 IV Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. São Leopoldo (RS)
- 8 Dia Internacional da Mulher
- 9 e 10 Seminário *Um Projeto de Desenvolvimento para o Brasil*. São Paulo (SP)
- 13 a 15 Encontro Nacional Extraordinário do PT. São Paulo (SP)
- 16 Reunião do coletivo da Secretaria Agrária Nacional do PT. São Paulo (SP)
- 20 a 22 2ª Etapa do Curso Regional de Formação Política para Militantes Petistas dos Movimentos Populares. Aracaju (SE)

### CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual:  1 x R\$ 50,00  2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
- Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
- Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Sexo:  Masculino  Feminino  
 Filiado ao PT:  Sim  Não





# **Resoluções aprovadas Encontro Extraordinário do Partido dos Trabalhadores**

**São Paulo, 23 e 24 de maio de 1998**

## **1. O FIM DE UM CICLO**

1.1. A aprovação da emenda da reeleição no ano passado reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes da história republicana. Em 1994 FHC foi a solução que as elites empresariais e políticas encontraram para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a aplicação de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

1.2. Passados quase quatro anos o país se confronta com uma dura realidade.

A cada dia acentua-se a face autoritária do governo, expressa na ditadura das MPs e no uso sistemático da propaganda. FHC procura desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A legislação eleitoral imposta pelo Planalto é inaceitável.

Mais grave ainda: tenta disfarçar sua incapacidade em resolver a questão agrária e sua criminosa negligência no enfrentamento da seca no Nordeste, tentando criminalizar os movimentos sociais de protesto, em particular o MST.

A luta pela democracia continua.

1.3. A economia centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical promove um brutal endividamento, que fragiliza as finanças públicas e expõe o País aos ataques especulativos do capital internacional. A exclusão social avança com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização do trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos projeta um cenário de desesperança, de "apartheid" social para grande parte da população.

Esse modelo, incapaz de viabilizar o crescimento e enfrentar a pobreza, foi agravado em 97 com a crise das bolsas que revelou a fragilidade da política econômica e a dependência do país aos capitais externos.

1.4. Uma sucessão de catástrofes - incêndios em Roraima, generalização da epidemia de dengue e mais recentemente a quebraadeira dos municípios e a vergonhosa omissão do governo na seca - mostram a verdadeira cara da política econômica governamental: insensibilidade para o que ocorre com milhões de homens e mulheres no Brasil real, lentidão e cinismo para com o drama de amplos setores da sociedade, que contrasta com a rapidez com que se adotam medidas para salvar bancos e entregar o patrimônio nacional a grupos monopolísticos. A aceleração do crescimento do desemprego em 98 e o ridículo reajuste do salário mínimo reforçam a imagem de indiferença frente ao drama do povo.

O sucateamento das universidades, contra o

qual se levantam professores, estudantes e funcionários em greve, mostra um governo despreocupado com o futuro do país e com a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

1.5. Eleições recentes na Europa, em El Salvador, Argentina, México e Coreia, bem como os prognósticos de uma derrota iminente dos conservadores na Alemanha, somadas à queda de Suharto, na Indonésia, no bojo de manifestações populares, mostram sinais de enfraquecimento da estratégia neoliberal. O futuro de cada um desses países está diretamente ligado à capacidade de seus trabalhadores de construir alternativas consistentes de mudança.

1.6. O PT, as entidades populares, os partidos de esquerda e setores da sociedade civil são a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao conservadorismo e de sustentação a um futuro governo democrático popular.

## **2. A FRENTE DAS OPOSIÇÕES**

2.1. Reafirmamos aqui as **Resoluções do XI ENPT**, especialmente a **Carta do Rio de Janeiro**, que estabelecem orientações para a política de alianças e bases para um novo programa de governo. O ENPT decidiu o lançamento de um amplo movimento político e cultural em defesa do Brasil e por um projeto de desenvolvimento sustentável, soberano e solidário.

O XI ENPT orientou o DN a adotar tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático popular para as disputas estaduais e nacional, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoral e o isolacionismo.

2.2. O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição à FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. A tática eleitoral em nível estadual deve estar subordinada à consolidação da Frente de apoio à candidatura Lula.

Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular - PT, PCdoB, PSB, PDT - em torno de candidaturas comuns à Presidência e vice e aos governos estaduais.

O PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB, PCdoB ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB e que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC.

2.3. A questão da soberania nacional ganha importância na ampliação da política de alianças. A disputa do centro, de personalidades do PMDB e do PSDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC deve se

dar em torno de uma candidatura única das oposições, permitindo evoluir de acordos pontuais para um pacto programático de governo.

2.4. Vamos disputar as eleições para vencer e devemos fazer delas uma batalha cultural e ideológica que ajude a reverter a hegemonia conservadora, lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento e condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

A condição para vencer é articular a luta eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

2.5. A unidade das oposições expressa no Protocolo da Frente consolidou-se em lutas concretas: de apoio à reforma agrária, as lutas por emprego e cidadania, defesa da Vale, não à Reeleição e na ação do Bloco Parlamentar contra as reformas da previdência e administrativa.

2.6. O PT reafirma seu compromisso com a Frente de Oposições, de ter uma candidatura única, com base numa plataforma comum, apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário. Consideramos ser o PT o partido em melhores condições de oferecer o candidato, apresentamos nossa candidatura à Frente com PDT, PCdoB e PSB. O PCB já declarou seu apoio a candidatura Lula e sua participação na Frente é eminente. O PMN e O PSTU terão candidaturas próprias e já declaram apoio a Lula no segundo turno.

2.7. O PPS tem candidato próprio, que contará com o apoio do PV, com marca anti-petista. Não integra o Bloco de Oposição na Câmara, participa e vota com o Governo Federal em importantes questões e apóia a reeleição de vários governadores do PSDB.

2.8. O PT e a Frente, com base em seu Programa de Governo e iniciativas parlamentares, devem pedir ao povo nova maioria para o Brasil, um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

A Frente deve exercer atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e personalidades políticas, para composições nacionais e regionais, com base na oposição a FHC e na plataforma comum anti-neoliberal. Para criar um movimento nacional suprapartidário, a Frente deverá estender-se para demais setores da sociedade civil e personalidades.

## **3. LANÇAMENTO DA CANDIDATURA LULA**

3.1. O PT, seguindo as orientações do XI ENPT, lançou o nome de Lula, antecipando o lançamento da candidatura em Brasília, em dezembro.

Com base nas resoluções do XI ENPT elaboramos, com os aliados PDT, PSB e PCdoB, as teses para uma proposta básica comum de Programa de Governo, o que foi fundamental para consolidar

nossa articulação com esses partidos. As resoluções do XI ENPT criaram as condições para nossa política de alianças nos Estados, viabilizando a frente com o PDT.

3.2. Nossa firmeza na definição da agenda de Lula e a tendência pró-FHC do PMDB consolidou nossa candidatura quando o PCdoB declarou apoio a Lula e o PDT propôs indicar o vice na chapa. Precipitou-se o quadro sucessório e abriram-se as portas para um acordo com o PSB, que finalmente ocorreu. O acordo com o PDT passa pela candidatura única no RJ e consolida nossas alianças em MG, DF, SC, AC, BS, PR e MS.

3.3. A aliança com o PSB passa por AL, SE, AP, PA, SP e PE e permitirá consolidar os acordos no RS, DF, SC, MG e MS. As relações com o PSB, como com os outros partidos, envolvem a discussão do Programa e da direção da campanha.

3.4. A política em relação ao PMDB sempre foi de aprofundar as divergências de parte do partido com o Governo FHC e tentar apoio de dissidências no 1º turno, incentivando a candidatura própria.

#### 4. CANDIDATURA DE BRIZOLA A VICE

4.1. O PDT indicará o nome do ex-governador Leonel Brizola a vice, o que viabiliza e consolida a frente e será um fator de mobilização de nossos militantes. É a soma de duas grandes lideranças e partidos que não se coligaram em 89 e 94. Com o apoio do PSB, PC do B, PCB e de setores do PMDB, teremos uma situação favorável para iniciar a campanha, viabilizando a ida de Lula para o 2º turno. São dezenas de milhares de militantes, mais de 300 parlamentares, centenas de prefeitos e milhares de vereadores por todo Brasil.

#### 5. O CENÁRIO ELEITORAL E AS CANDIDATURAS

5.1. Há em 98 um agravamento do desemprego e da questão social, além dos riscos de deterioração da economia internacional e das contas do governo e do país. Os altos juros e o Pacote 51 são recessivos. Os cortes nos investimentos e gastos atingiram a área social. Pode haver uma crise maior na economia. FHC disputa a eleição em meio a uma recessão e agravamento do quadro fiscal da União, estados e municípios, com pequena margem de manobra fiscal e monetária para atenuar a crise. Isso não significa necessariamente que Lula será beneficiado. Tudo depende de nossa capacidade de gerar alternativas.

5.2. É evidente o desgaste do governo. Cresce a insatisfação social e política, mas o Planalto insiste em seu estoque de iniciativas: o controle da inflação, a propaganda das obras do "Brasil em Ação" e um discurso mistificado sobre educação, reforma agrária e direitos humanos. Mas nenhuma propaganda pode esconder o desemprego crescente e o achatamento dos salários, o colapso da saúde, o fisiologismo e a imagem de governo dos ricos.

5.3. O escândalo da privatização da Light e da CERJ, a oposição dos trabalhadores ao contrato temporário, dos aposentados e funcionários públicos às reformas da Previdência e administrativa, dos prefeitos à concentração dos recursos tributários em Brasília, dos pequenos e médios empresários à política de juros altos e abertura indiscriminada da economia, a greve das universidades, vêm desgastando o governo e criando as bases para o voto de oposição. A isso se somam as acusações de fisiologismo, negócios espúrios e favorecimento a grandes grupos econômicos.

5.4. O Governo poderá tentar no 2º semestre mudar o cenário de desemprego e da recessão, impulsionando o consumo e os investimentos, com base nos recursos das privatizações e aumento dos gastos públicos. Sobre algumas questões internacionais - protecionismo dos países ri-

cos, por exemplo - fará um discurso mais "à esquerda", sem ultrapassar a retórica.

5.5. Apesar dos avanços e ações de massas de 97 e sobretudo das manifestações das últimas semanas, o nível de mobilização e luta do movimento sindical e popular não atingiu o nível que o momento político exige. Mesmo assim o governo já revela sua disposição de reprimir os protestos populares.

Por isso a prioridade número 1 para o PT é a mobilização e a luta social daqui até as eleições, o que vêm sendo articuladas a partir do Encontro contra o Neoliberalismo.

5.6. Nossa candidatura tem, no início da campanha, o apoio de 25% do eleitorado, o que garantirá, consolidada a Frente e as alianças regionais, nossa ida ao 2º turno e o crescimento de nossas bancadas nas Assembleias, Câmara e Senado.

5.7. A candidatura FHC tem densidade eleitoral, está articulada com o grande empresariado, tem apoio internacional, recursos, tempo de TV e rádio e uma ampla coligação de partidos: PSDB-PFL-PTB-PPB; tudo fazendo para ter o apoio do PMDB.

Sofre desgaste, no entanto, tendo em vista a degradação da situação social, a precariedade do equilíbrio macroeconômico, cada vez mais perceptível, a imagem de lentidão, insensibilidade e de governo dos ricos e a série de desacertos políticos recentes.

5.8. A candidatura Ciro cresceu e estacionou, perdeu espaço na mídia, não tem estrutura partidária e militantes. Seu tempo de TV e Rádio será mínimo e dependerá só do desempenho do candidato ou do fracasso de FHC, quando pode surgir como alternativa dentro do modelo.

O Programa de Ciro - que ele definiu com as formas Real + 1 e FHC + 1 - visa reduzir o impacto das medidas não liberais para esse setor: desonerar a produção, cobrar imposto sobre consumo, abater a dívida pública com o dinheiro das privatizações, atacar o "corporativismo" sindical, acelerar as reformas...

As afinidades programáticas entre Ciro Gomes e FHC deixam claro que as candidaturas de esquerda e de "centro-esquerda" não são aliadas.

As candidaturas Enéas e Frola são distintas. Enéas é um candidato errático, tende a nos combater, enquanto o PMN é aliado nos principais Estados e pode marchar conosco no 2º turno.

5.9. Os limites atuais da candidatura Lula estão no domínio que o governo tem dos meios de comunicação, do uso da máquina e no apoio do grande empresariado. A rejeição de Lula está tecnicamente empatada com a de FHC. Para enfrentar-nos, o Governo aposta na nossa imagem de adversários do Real. Tenta criar a imagem de uma oposição que só sabe dizer não, raivosa, sem programa. Começa a fazer e fará cada vez mais o discurso terrorista de que a oposição não terá governabilidade, mergulhando país no caos.

Para as oposições coloca-se a necessidade de reverter essa imagem que pode caçar fundo e muitos setores médios e populares. Trata-se de mostrar que FHC, pelos perigos que sua política econômica traz e por sua cegueira diante do quadro social em deterioração, pode mergulhar o país em uma convulsão social e na mais absoluta ingovernabilidade.

5.10. A força de nossa candidatura está na Frente e na sua ampliação para setores de oposição ao neoliberalismo, em um programa capaz de mobilizar nossa militância e os movimentos sociais e ampliar seu apoio nos setores médios da sociedade, de dar respostas aos principais problemas do país e apontar um novo rumo para o Brasil.

A experiência em campanhas mostra a importância da unidade política e programática da candidatura Lula, sem duplicidade de direção política e ambigüidade no programa de governo e no discurso. O governo tentará bater na tecla de que o

PT "é um saco de gatos" que, não tendo unidade interna, será incapaz de governar um país das dimensões e complexidade do Brasil.

#### 6. O CARÁTERE E ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA LULA

6.1. Temos experiência de outras campanhas para não cometer erros políticos/organizativos do passado. Isto vale para a relação com nossos aliados, que não devem ter um papel secundário ou decorativo, e para a relação interna com militantes, tendências e instâncias regionais.

6.2. Precisamos construir uma direção política da coligação. Um conselho político com os presidentes dos partidos para dirigir a campanha e tomar as principais decisões. Os quatro partidos deverão partilhar os custos da campanha e defender os candidatos e o programa comum.

No PT, precisamos de uma direção política da campanha e uma Coordenação Eleitoral capaz de implementar as orientações gerais.

Caberá ao DN e à CEN a direção política da campanha do PT. A coordenação implementará decisões e organizará a campanha em nível nacional.

6.3. Organizar a campanha em nível nacional não significa substituir as direções e as coordenações estaduais, que serão responsáveis pela mobilização e infra-estrutura das campanhas. Caberá à Coordenação Nacional o acompanhamento político diário da campanha e a implementação da linha de campanha, decidida pela direção nacional com base nas resoluções dos encontros partidários e dos acordos e decisões do conselho político da Frente.

A coordenação será responsável pela agenda, finanças, pesquisas, programa, informações, apoio jurídico, orientação para debates, rádio e televisão, imprensa, enlace com Estados e com a Frente (nacional e nos Estados).

#### 7. DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

7.1. A discussão programática em 1998 se fará a partir do acúmulo das campanhas de 89 e 94, quando houve avanços tanto no conteúdo quanto no método de elaboração do Programa. Essas experiências devem ser analisadas criticamente. A conjuntura 98 é distinta das anteriores e há muitos elementos a serem corrigidos.

O XI ENPT aprovou Diretrizes de Programa, que são a base para a elaboração atual. Uma comissão com representantes do PDT, PCdoB, PSB e do PT preparou documento preliminar, publicado em outubro de 97, com um conjunto de propostas para uma plataforma de governo. É uma aproximação conceitual do que deve ser o Programa. Sofrerá modificações na forma de abordagem e de apresentação das propostas.

7.2. Diferentemente do passado, a elaboração programática de 98 deverá ser feita em conjunto com os partidos da Frente. Isso não exige o PT de realizar sua discussão, mas indica que o Programa é uma iniciativa da Frente.

O Programa será elaborado em interlocução com a sociedade, especialmente com suas expressões organizadas. Mas ele não é uma soma de reivindicações. Deve apresentar uma proposta abrangente de transformação da sociedade e do Estado brasileiros.

7.3. O Programa Lula-98 não é um Plano de Governo, ainda que reúna suas diretrizes fundamentais. Deve ser um documento de mobilização social e política. Deve ter um texto coerente, sólido teoricamente, realista e que leve em conta a correlação de forças sociais e políticas do país. Para cumprir sua função mobilizadora, deve propor alterar essa correlação de forças. É bom lembrar a reflexão de Lula após a derrota de 94: "para mudar o país não basta ganhar as eleições; para ganhar as eleições é necessário mudar o país." O Programa



deve perseguir esse objetivo de mudar a relação de forças.

7.4. O Programa não se confunde com o Programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o "capitalismo realmente existente no Brasil". A implementação de um programa radical de reformas - por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais - contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no país.

7.5. Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do país. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista.

O Programa deve ser de fácil entendimento, breve, sintético e centrado nas questões fundamentais. Sem subordinar-se aos humores do eleitorado, deve abordar as questões essenciais, a partir da percepção que a maioria da sociedade tem delas.

O programa deve ser concreto, com objetivos e metas, se possível quantificadas. Deve mostrar de onde virão os recursos, que obstáculos jurídicos e políticos existem e como serão superados.

O resultado deve ser um documento que tenha credibilidade e aponte para soluções originais. Devemos convocar a sociedade e mostrar que o novo governo terá força e vontade políticas para realizar o prometido.

Deverá buscar-se uma articulação entre o Programa Lula-98 e os programas estaduais, importante em função da crise da Federação.

7.6. O PG Lula 98 exige um diagnóstico da situação atual do país para mostrar o Brasil que queremos. Explicitará os seus pressupostos, isto é, a perspectiva política na qual nos situamos. Trata-se de recusar a lógica neoliberal; não só as respostas dos conservadores, mas as próprias questões que eles colocam, evitando muitas de suas armadilhas ideológicas do tipo "você são favoráveis ou não ao Real?" Esse procedimento dá credibilidade e capacidade de mobilização ao Programa.

Os Pontos programáticos expressarão o essencial da transformação que o Governo Democrático e Popular realizará no país.

A peça central programática será complementada por documentos que aprofundem questões abordadas no Programa, destinada para formadores de opinião, dirigentes e militantes. Nelas poderão ser abordadas de forma mais consistente questões como a reforma agrária, programa de mais e melhores empregos, as questões ambientais, a política de ciência e tecnologia, p.ex.;

O documento central de Programa deve recolher os pontos contidos nos eixos programáticos e apresentá-los sintética, clara e quantitativamente em um número restrito de pontos (5 ou 13, p.ex.).

O programa tem 3 eixos fundamentais:

**7.7. O social.** onde se enfrenta o problema da exclusão e desigualdades que afetam a maioria da sociedade. O programa articula reformas econômicas às sociais. Ambas impedem a desindustrialização e desnacionalização do país, promovem o desenvolvimento baseado na distribuição de renda expansão do mercado interno.

Propomos uma reforma tributária capaz de gerar poupança para financiar o crescimento, modi-

ficando as condições de pagamento da dívida pública, estabelecendo um teto para os gastos com juros/principal que seja compatível com as necessidades de custeio e investimentos previstos em nosso programa, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover a reforma democrática do Estado. O programa deve implantar políticas de renda mínima, plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a Reforma Agrária e uma política agrícola objetivando a democratização da propriedade e o combate à miséria.

Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças dos governos anteriores, é importante que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e conte com uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa.

Nosso desafio é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo, comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo de FHC será pesada: fragilidade externa e das finanças públicas, desarticulação de parcela do sistema produtivo e demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Corre-se o risco de grave crise cambial antes ou, depois das eleições, como ocorreu no México.

Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O país precisa constituir novos mecanismos de financiamento. Isso só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, já que essa política expõe o país a uma situação de risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a estabilidade, causando recessão e volta da inflação.

O novo governo definirá uma política de transição que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores fragilizados da sociedade. Será decisivo alongar o perfil da dívida interna e reduzir os juros para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Devemos reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou a década de 80. Devemos combater o projeto norte-americano de formação de uma Área de Livre Comércio Americana e o Acordo Mundial de Investimentos (MAI), pois ambos ferem gravemente a soberania nacional, a capacidade de decidir sobre nosso destino.

O papel do Estado na economia será fundamental para impedir a anarquia que o mercado sem controle gera, sobretudo nesta etapa de aguda internacionalização produtiva e financeira. Ele terá um papel coordenador, regulador, indutor e produtor.

Só assim será possível realizar Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Estado manterá sua presença sobre os setores energéticos, de telecomunicações e petróleo, cancelará o Programa Nacional de Desestatização. Poderá admitir parcerias que não acarretem a perda de controle nacional sobre atividades essenciais. Exercerá fiscalização sobre setores privatizados, podendo revogar privatizações fraudulentas ou de empresas que não cumpram suas responsabilidades. Criará imposto sobre os lucros extraordinários desta área. Apoiará ou impulsionará as iniciativas judiciais para que a CVRD volte ao controle público. O novo governo democratizará o funcionamento das estatais, para que se transformem em entidades públicas, e não centros de poder de setores privados ou feudos de grupos da burocracia estatal.

Uma nova relação da União com Estados e municípios modificará o processo de centralização atual, responsável pela crise do sistema federativo agravada pela concentração tributária promovida pelo FEF, Lei Kandir, Fundo de Valorização do Magistério, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A revogação do FEF, a devolução

aos estados das perdas do ICMS causadas pela lei Kandir, a redução da renúncia fiscal e uma reforma tributária acompanhada de ampla renegociação da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

Esse processo de transição, que imporia desafios ao país, deve ser dirigido aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

Os princípios do desenvolvimento sustentável, que integram de longa data as propostas programáticas do PT em que foram explicitados na tese Uma agenda - 21 do PT para um Brasil sustentável, passam a integrar as conclusões políticas centrais deste Encontro Extraordinário.

As reformas agrária e urbana acompanhadas de um programa de habitação popular - o estímulo à pequena produção familiar no campo e o fomento à agricultura de alimentos e às políticas de universalização da educação (com a bolsa-escola) e saúde pública sai os objetivos econômicos e sociais básicos da transição. O governo democrático-popular estimulará as formas cooperativas de produção e expandirá o micro-crédito através dos bancos do povo, como Portosol, de Porto Alegre, e o BRB-Trabalhador do DF.

É fundamental democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. Devemos reconstruir a legislação, impedindo a "flexibilização" das relações trabalhistas, reforçando a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garantindo a autonomia e a representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma autêntica política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial (especialmente do salário mínimo) e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. No governo democrático popular se instituirá o Programa de Garantia de Renda Mínima. Todo cidadão tem o direito de participar da renda da nação de receber pelo menos o necessário para sua sobrevivência. Toda família tem o direito de poder enviar seus filhos à escola. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado da retomada dos investimentos, crescimento do emprego e elevação progressiva e constante do salário mínimo. O objetivo deve ser aumentar a participação dos salários na renda nacional, há muitos anos em queda.

Essas propostas dependem de mecanismos de controle social do Estado e das políticas públicas.

Assim é possível tornar eficaz a máquina estatal, acabar com abusos, prepotência e ineficiência. O controle do Estado pela sociedade - como mostram os orçamentos participativos - é uma escola de cidadania, permite a criação de novos direitos e fortalece a República.

**7.8. O nacional.** que buscará definir as bases da construção do Brasil como Nação, a partir de uma presença soberana do Brasil no mundo, que orientará as bases de nossa política externa.

Propugnamos por uma política de paz e de busca de construção de uma ordem econômica internacional justa e democrática. Lutaremos pela reforma de organismos multilaterais como a ONU, FMI, BIRD, BID, OMC hoje a serviço do hegemonismo norte-americano.

Nossa política externa privilegiará as relações com a América Latina e África Meridional, além de buscar uma articulação com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul. Uma política mais ativa em relação a União Européia permitirá aproveitar as contradições desta com os Estados Unidos e abrir mais espaços internacionais. O princípio de reforçamento da soberania nacional não se confunde com uma posição autárquica, de fechamento para



o mundo. Ao contrário, para viabilizar nosso projeto nacional deveremos ter uma forte e ativa presença internacional, buscando alianças táticas e estratégicas capazes de alterar a correlação de forças atual desfavorável para os países do sul.

Alteraremos a política externa do país baseando-a na recusa da inexorabilidade da "globalização" e na luta por uma outra ordem mundial baseada no respeito à soberania das nações, na democracia e na cooperação que visa elevar o nível de vida dos povos. Essa nova ordem só será possível com a desconstituição da hegemonia norte-americana e com a constituição ou reconstituição de organizações internacionais que as expressem.

Proporemos uma reforma e ampliação do Mercosul, com propostas de políticas comuns nas áreas industrial, agrícola, educacional e de ciência e tecnologia. O Mercosul deve combater a exclusão social e propor políticas de mais e melhores empregos e salários. Deve proteger os pequenos e médios proprietários. Deve democratizar suas instituições.

A união dos atuais países-membros do Mercosul e daqueles em processo de associação é a melhor arma para resistir à ofensiva hegemônica dos EUA para formar a ALCA e garantir uma presença soberana da região no mundo. O Brasil combaterá os acordos que dão forma jurídica à hegemonia do grande capital financeiro e do imperialismo, como são a proposta da ALCA e do Acordo Multilateral de Investimentos. O governo brasileiro emprestará todo o apoio a CUBA em sua luta contra o bloqueio econômico.

A abertura comercial deve ser racionalizada, com o uso de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não se quer voltar ao protecionismo cartorial, mas não aceitamos a abertura selvagem ou casuísticos que favorecem lobbies próximos ao governo FHC. O país precisa de uma política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

**7.9. O democrático.** No plano político, é necessário um programa de democratização do Estado, que corrija as distorções no sistema de representação parlamentar, elimine o peso do poder econômico nas eleições, por meio do financiamento público das campanhas, e estabeleça uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, com controle externo.

Para fazer frente ao crescente processo de apartamento de homens e mulheres da participação eleitoral e da vida política em geral, decorrente do distanciamento em que o Estado se coloca em relação à sociedade, é necessário transformar a democracia em uma questão central. Impõe-se uma reformulação global do sistema institucional e a criação de novas instituições, tanto no Estado como na sociedade civil, tendo como eixo a reversão do processo de barbarização e a promoção da cidadania. Reformar o sistema jurídico e eleitoral, reformar o sistema político e a polícia e dotar o Estado de capacidade para a promoção de políticas públicas nas áreas de educação, segurança, saúde, seguridade social, infra-estrutura, habitação e meio ambiente, sozinho ou em parceria com a iniciativa privada.

A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, que exige a unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial, com o fim da justiça militar, e assegurar o respeito aos direitos humanos. Fazer ampla reforma dos códigos penal e de processo penal e do sistema prisional. A reestruturação das polícias, inclusive da Polícia Federal, é condição para o combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Com a extensão da cidadania a todos os brasileiros - igualdade e respeito às diferenças de gênero, etnias, raça, idade, opção sexual, condição física ou mental, etc. - o Programa deve

incorporar as reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas de discriminação.

O Brasil é um país racista e para a implementação de um programa democrático e popular é necessário constatar a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o enfrentamento da questão racial. Os pronunciamentos do atual governo revelam a reengenharia do mito da "democracia racial" que busca negar o racismo e substituir sua denúncia por declarações que reconhecem o problema mas não indagam o papel da sociedade e do Estado na sua superação. É necessário definir claramente um programa específico que estabeleça políticas com capacidade de oferecer aos homens e mulheres negros melhoria de suas condições de trabalho e de vida e devolva a esperança aos amplos setores excluídos pelo racismo da vida nacional.

A reforma do Estado significa democratizá-lo, torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Esse controle social é fundamental para combater a corrupção, hoje um componente estrutural do sistema. É urgente acabar com os privilégios, pôr fim à impunidade dos ricos e poderosos: dos assassinos de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás e do índio Galdino, dos responsáveis pelas mortes das clínicas de Caruaru, do Hospital de Idosos ou da UTI de bebês no Rio, dos ladrões da Envel, do Banco Nacional e Econômico, dos "300 picaretas" que venderam seus votos em troca das benesses do BB e alugam seu mandato ao Poder Executivo, de Sérgio Naya, até ontem da "base de

sustentação do governo", dos negociistas da privatária que infestam o país.

A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MPs e pelo uso de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio.

Para alcançar as mudanças desses três eixos programáticos, o Brasil deverá experimentar uma revolução democrática, com importante dimensão cultural.

A despeito da presença de um sociólogo na Presidência da República, o país vive um clima de mediocridade intelectual.

A virada que buscamos em 98, e que este programa procurará expressar, tem uma dimensão fundamental no plano da cultura.

Não se trata de uma operação de sedução de artistas e intelectuais para que subam em nosso palanque, mas da criação de um movimento de renovação de idéias, criatividade científica e experimentalismo estético. Um novo governo deve ser um ponto de apoio material e institucional desse movimento social e autônomo.

Cada vez que o Brasil pensou um Projeto Nacional de Desenvolvimento, ocorreu um forte movimento de idéias, no plano da cultura e das artes. A atual conjuntura é própria para um novo ciclo desse tipo. Os destinos do Brasil estão em nossas mãos e não podemos faltar com nossas responsabilidades.

**Encontro Extraordinário Nacional do PT**

## OUTRAS RESOLUÇÕES

**1- Recurso do Rio de Janeiro** - Contra a decisão aprovada pelo Diretório Nacional na reunião do dia 08 e 09 de Maio, que revogou a decisão do Encontro Estadual de lançamento de candidatura própria ao Governo do Rio de Janeiro.

**Votação:** Votos a favor do recurso: 201; votos contrários: 310; abstenções: 13. Total: 524 votos.

**Resultado:** Fica mantida a decisão do Diretório Nacional de revogar a decisão do Encontro Estadual do Rio de Janeiro de candidatura própria ao Governo do Estado, para, em consequência, apoiar o candidato do PDT a Governador do RJ, Antony Garotinho.

**2 - Recurso de Pernambuco** - Apresentado contra a decisão do Diretório Nacional de 22 de Maio de 1998, de anular parte da resolução do Encontro Estadual de Pernambuco de 16 e 17 de Maio de 1998, no que se refere à política de alianças. O Diretório Nacional, acatando recurso suscitado por Dilson Peixoto e Beatriz Gomes, ambos da Comissão Executiva Estadual do PT-PE, decidiu que são "consideradas nulas as deliberações irregularmente tomadas pelos presentes ao Encontro Estadual, após a ausência de quorum mínimo para votação, conforme prevêem os artigos 7º e 8º do Regimento Interno do Encontro Estadual Extraordinário, o que se comprova pela não-divulgação do número de votantes em cada um dos itens".

Contra essa decisão do DN foi apresentado ao Encontro Nacional recurso suscitado por Sheila de Oliveira.

**Votação:** A favor do recurso: 151 votos; contrários: 264; abstenções: 3. Total: 418 votos.

**Resultado:** Fica mantida a decisão do Diretório Nacional, que anulou as deliberações adotadas pelo Encontro Estadual de Pernambuco, após a ausência do quorum mínimo de votação, excluindo-se, por consequência, da respectiva ata e da Resolução daquele Encontro Regional, os itens que haviam sido inseridos após o término do horário da quele Encontro e sem o quorum necessário para sua aprovação.

**3- Recurso do Acre** - Contra decisão do DR-AC de incluir o PSDB na coligação que apoia a candidatura de Jorge Viana a governador do Acre. A Comissão de Sistematização esclareceu que há emenda substitutiva relativa ao Acre, que se contrapõe ao recurso apresentado.

**Votação:** por contraste visual de crachás, rejeitado o recurso e aprovada a emenda.

**Resultado:** Fica mantida a decisão do Diretório Regional do Acre, de incluir o PSDB na coligação em apoio ao candidato Jorge Viana às próximas eleições ao Governo daquele Estado. Deve, ainda, ser substituído o item 13 da tese-guia, dando-se a seguinte redação: "A ampliação das frentes estaduais com a entrada de outras forças políticas além daquelas que compõem a Frente Nacional, poderá acontecer desde que não fira a independência de nossa campanha presidencial e o programa de oposição a FHC. É o caso do Acre, onde a necessidade de derrotar o narcotráfico, o crime organizado e a corrupção justifica a ampliação da Frente Popular, incluindo o apoio do PSDB ao candidato do PT ao governo do Estado".

**4- Recurso do Amazonas** - Apresentado contra a decisão aprovada pelo Diretório Regional do AM, de o PT participar da coligação majoritária, que inclui o PMDB e PSDB, em apoio a candidatura de Serafim Correa (PSB) a governador do Estado.

**Votação:** 206 votos a favor, 209 contra e 17 abstenções, totalizando 432 votos.

Ainda sobre a discussão do recurso do AM, foi apresentada à mesa, lida para o plenário e aprovada por ampla maioria, declaração do companheiro Aloizio Mercadante, que afirma, em síntese:

**Aloizio Mercadante:** "O Encontro Nacional Extraordinário do PT é favorável à aliança do PT com o candidato Serafim Correa, do PSB, e ao lançamento de candidaturas proporcionais na chapa da Frente Nacional formada pelo PSB, PDT, PCdoB e PT, e ao lançamento de candidatura própria ao Senado, em contrapartida à candidatura de Gilberto Mestrinho".